

Autorização para Movimentação de Conta Vinculada do FGTS

Amortização/ Liquidação/ Pagamento de Parte do Valor das
Prestações de Consórcio Imobiliário

Eu, _____,
nascido(a) em _____, e portador(a) do CPF _____,
e do PIS/PASEP _____, autorizo a Santander Brasil Administradora de Consórcio
Ltda (Administradora); a sacar valores do meu FGTS para utilizar no meu contrato com recursos
advindos do consórcio, o qual está(ão) vinculado(s) o(s) grupo(s)/cota(s) abaixo:

	Grupo	Cota
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		

Referente ao imóvel adquirido para minha moradia situado no endereço (Rua, Avenida, Praça etc.)

_____, N° _____ bairro _____ complemento,
_____ no Município de _____, no Estado de _____.
Os valores estão disponíveis nas seguintes contas:

	Nº da Conta do FGTS/Código do Empregado	Código do Empregador/ Código do Estabelecimento/ Código da Empresa	TOTAL quando for usar o saldo total da conta ou escreva o valor que deve ser sacado
1			
2			
3			
4			
5			
6			
Total			

O valor sacado será para (marcar apenas uma opção):

- ☐ Amortização extraordinária do saldo devedor com redução do valor da prestação; ou
- ☐ Amortização extraordinária do saldo devedor com redução do prazo; ou
- ☐ Liquidação de saldo devedor;
- ☐ Pagamento de parte do valor da prestação (até 80%) de 12 prestações.

Importante: Caso tenha valores do FGTS aplicados nos Fundos Mútuos de Privatização (FMP), primeiro você precisa solicitar o resgate na administradora do FMP, aguardar o dinheiro voltar para sua conta do FGTS e só depois autorizar o uso.

Declarações do Titular da conta vinculada do FGTS

DECLARO, sob as penas da Lei, que:

1. Tenho no mínimo 03 anos (36 meses) de trabalho sob regime do FGTS, somando-se a quantidade de meses trabalhados, seguidos ou não, na mesma ou em diferentes empresas. (caso negativo, você não poderá utilizar o FGTS).

☐ Sim ☐ Não

2. Não fiz uso de nenhuma conta vinculada do FGTS de minha titularidade nos últimos 02 (dois) anos para liquidação ou amortização de saldo devedor de qualquer financiamento habitacional.

Importante: Essa declaração NÃO se aplica ao trabalhador que vai usar o valor sacado para abater parte do valor (até 80%) de 12 prestações.

3. Resido no endereço (Rua, Avenida, Praça etc.) _____, N° _____, bairro, _____, no Município, _____, no Estado de _____.

4. A minha situação profissional é: (marque apenas uma das opções a seguir e preencha as informações nela solicitadas considerando as informações abaixo):

Importante: Para fins de FGTS, a maior fonte de renda individual é considerada a ocupação laboral principal. Ocupação laboral é mesma coisa que atividade profissional ou o trabalho que você realiza. Como você pode trabalhar em mais de uma empresa, devem ser informados o nome e o CNPJ da Empresa pagadora da sua maior remuneração.

Importante: Caso você trabalhe com carteira assinada, mas em home office ou de forma híbrida, pelas regras constantes do Manual de Moradia Própria do FGTS disponível no site www.caixa.gov.br não há previsão para trabalho remoto ou híbrido. Preencha informando o Município/Estado onde você deveria trabalhar se fosse na modalidade presencial.

Importante: Há profissionais com vínculo empregatício que não possuem local fixo de exercício da ocupação laboral principal, tais como aeronautas, marítimos, locado em plataformas marítimas etc., sendo necessária a comprovação de residência de no mínimo 12 meses no município em que pretenda adquirir o imóvel, incluindo-se os municípios limítrofes e da mesma região metropolitana.

4.1. Estou sem trabalhar no momento e sem qualquer vínculo empregatício (carteira assinada).

4.2. Trabalho com vínculo empregatício (carteira de trabalho assinada) e exerço minha ocupação laboral principal no Município _____ e no Estado de _____ na empresa de nome (razão social) _____ vinculado ao CNPJ _____.

4.3. Exerço atividade profissional sem vínculo empregatício (não tenho carteira de trabalho assinada) e exerço minha ocupação laboral principal no município de _____, no Estado de _____ (sem registro em carteira de trabalho, exemplo: autônomo, empresário etc.).

4.4. Trabalho com vínculo empregatício (registro em carteira de trabalho) e exerço minha ocupação laboral principal na empresa de nome (razão social) _____ vinculada ao CNPJ, _____, mas minha atividade profissional não é exercida em uma localidade fixa (Município/Estado) em função das características dessa atividade.

5. Sobre a Declaração de Imposto de Renda exigida pelo FGTS, marque apenas uma das opções abaixo:

- ☐ 5.1. Eu já apresentei a Declaração de Imposto de Renda à Administradora quando usei meu FGTS antes, neste mesmo contrato de consórcio imobiliário e neste imóvel.
- ☐ 5.2. Eu nunca apresentei antes à Administradora, a Declaração de Imposto de Renda, mas envio, junto com este documento, cópia da Declaração de Imposto de Renda referente ao exercício de _____ ano calendário _____ e cópia do recibo da sua entrega à Receita Federal. (preencha e envie a declaração mais recente).
- ☐ 5.3. A Receita Federal me dispensou (isentou/não me obrigou) de apresentar Declaração de Imposto de Renda referente ao exercício de _____ ano calendário _____. Por isso, afirmo que na seção "Consulta de Restituição" no site da Receita Federal não consta informação sobre entrega de declaração desse mesmo período para o meu CPF.

6. Marcar SIM ou NÃO considerando as informações abaixo:

- ☐ Sim ☐ Não Sou proprietário, possuidor, usufrutuário, promitente comprador ou cessionário de outro(s) imóvel(eis) residencial(ais), inclusive financiado, concluído(s) ou em construção, localizado(s) em qualquer parte do País, inclusive considerando a existência de comunicabilidade com os bens de propriedade do meu cônjuge ou companheiro.

Importante: Quando você for avaliar a existência de comunicabilidade ou não com os bens do(a) seu(sua) cônjuge ou companheiro(a) (ou seja, se os bens imóveis dele(a) são também seus) considere o regime de bens que foi adotado no seu casamento ou na sua união estável. Para o regime de Comunhão Universal ou Total de Bens há comunicação de todos os bens dos cônjuges, sejam eles adquiridos tanto antes como depois do casamento. No caso de União Estável, há comunicação apenas dos bens adquiridos após a união, a menos que exista escritura pública de declaração estabelecendo qualquer dos demais regimes.

7. Se tiver marcado SIM para o item 6, é obrigatório marcar SIM ou NÃO para todas as afirmações abaixo:

Sou proprietário, possuidor, promitente comprador, usufrutuário ou cessionário de outro(s) imóvel(eis), residencial(ais), concluído(s) ou em construção, inclusive considerando a existência de comunicabilidade com os bens de propriedade do meu cônjuge ou companheiro, LOCALIZADO(S):

- ☐ Sim ☐ Não Em qualquer lugar do país e adquirido com financiamento concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e a dívida ainda está ativa (não foi quitada).

- ☐ Sim ☐ Não No município da minha residência.
- ☐ Sim ☐ Não No mesmo município onde exerço minha ocupação laboral principal.
- ☐ Sim ☐ Não Em município diferente daqueles que indiquei nos itens 3. e 4.2. ou 4.3., mas que é limítrofe ao município onde resido e/ou exerço a minha ocupação laboral principal.
- ☐ Sim ☐ Não Em município diferente daqueles que indiquei nos itens 3. e 4.2. ou 4.3., porém é integrante da mesma região metropolitana do município onde resido e/ou exerço a minha ocupação laboral principal.

Importante: *Municípios limítrofes são aqueles que fazem fronteira ou divisa territorial, que estão definidas nos mapas político-administrativos oficiais dos Municípios e Estados da Federação. Em caso de dúvidas, consulte o site oficial da respectiva prefeitura ou o site do IBGE (www.ibge.gov.br).*

Importante: *Região Metropolitana (RM) é constituída por municípios que pertencem a uma só e ampla comunidade socioeconômica. Os municípios integrantes de uma Região Metropolitana são definidos por Lei. Para o FGTS a Região Metropolitana também abrange os municípios da RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.*

8. Sou titular ou sócio de empresa administradora de bens próprios (holding patrimonial/familiar)

☐ Sim ☐ Não

Importante: *A empresa chamada de holding patrimonial ou familiar é constituída para administrar o patrimônio dos seus sócios. Os bens imóveis que estavam na propriedade dos seus sócios são transferidos para essa empresa.*

9. Meu atual estado civil é: (marque apenas uma das opções abaixo):

- ☐ Solteiro(a)
- ☐ Viúvo(a)
- ☐ Divorciado(a)
- ☐ Casado(a) em _____.

9.1. Sou casado(a) pelo seguinte regime de bens (marque apenas uma das opções abaixo):

- ☐ Comunhão Parcial de Bens
- ☐ Comunhão Universal de Bens
- ☐ Separação Obrigatória de Bens
- ☐ Separação Total de Bens convencional – por opção dos cônjuges
- ☐ Participação final nos aquestos

9.2. Não sendo casado(a), marque apenas uma das afirmações abaixo:

- ☐ Não mantenho União Estável.
- ☐ Mantenho União Estável que foi registrada em Cartório em _____.
- ☐ Mantenho União Estável desde _____ (não é registrada em Cartório).

9.3. Se convive em União Estável Registrada, marque apenas uma das opções abaixo sobre o regime de bens adotado:

- ☐ Comunhão Parcial de Bens
- ☐ Comunhão Universal de Bens
- ☐ Separação Obrigatória de Bens
- ☐ Separação Total de Bens convencional – por opção dos conviventes
- ☐ Participação final nos aquestos

10. Estou ciente e concordo:

a) com as condições e exigências para utilização do dinheiro depositado na minha conta vinculada do FGTS para amortização, liquidação ou pagamento de parte das prestações do meu consórcio imobiliário, na forma apresentada pela Administradora e estabelecida no “Manual da Moradia Própria”, disponível na Internet, no endereço www.caixa.gov.br, na seção Institucional/Download/FGTS – Moradia; e

b) em apresentar, a qualquer momento, outros documentos e/ou esclarecimentos que a Administradora julgar necessários para comprovar as declarações e informações que eu dei neste documento ou que forem exigidos pelo Agente Operador do FGTS (administrador do FGTS), e que esse meu compromisso também vale mesmo depois de encerrar meu contrato de consórcio imobiliário.

11. Tenho conhecimento de que se eu der informações falsas neste documento, fundamentais para eu poder usar o dinheiro depositado na minha(s) conta(s) vinculada(s) do FGTS, estarei cometendo crime previsto no Código Penal Brasileiro e, por causa disso, será solicitada a abertura de inquérito policial à Polícia Federal pelo Agente Operador do FGTS, e eu poderei sofrer consequências nas esferas cíveis, administrativas e criminais previstas em lei, podendo ser inclusive responsabilizado pela devolução ao FGTS dos valores retirados indevidamente, com correção monetária e juros devidos.

Este formulário deverá ser enviado juntamente com o último recibo de entrega da declaração do Imposto de Renda para: fgtsconsorcio@santander.com.br

Atenção: As informações contidas neste documento, não esgotam todas as condições e restrições para a utilização dos recursos do FGTS para a aquisição de imóvel, amortização e/ou liquidação do saldo devedor ou pagamento de parte das prestações do consórcio. Consulte a Administradora para saber quais os procedimentos e documentos que devem ser apresentados para cada uma das modalidades de operação em que são utilizados os recursos do FGTS bem como para confirmar o enquadramento do plano às regras do Conselho Curador do FGTS.

Local e Data:

Assinatura do Titular da(s) Conta(s) Vinculada(s)

Para clientes correntistas: O reconhecimento de firma poderá ser dispensado, caso seu cadastro no Banco esteja devidamente atualizado
Para clientes não correntistas: O reconhecimento de firma por **semelhança** é obrigatório.